

## GRANDES ACORDOS DE COMÉRCIO

**\*Roberto Rodrigues**

O Centro Internacional para Comércio e Desenvolvimento Industrial (ICTSD, organização independente, sem fins lucrativos, credenciada pela ONU), em conjunto com o IPC (Conselho Internacional de Alimentos e Política Agrícola), acaba de lançar um instigante estudo sobre os novos desafios do sistema global de comércio agrícola e suas implicações quanto à sustentabilidade.

O trabalho parte de uma premissa discutível, que é a afirmação de que os preços de alimentos entraram em um novo patamar, mais elevado, do qual não baixarão muito. Algumas vezes nas últimas décadas esta tese já foi repetida. E os preços sempre voltaram a cair, porque a produção de alimentos cresceu impulsionada por bons preços, por políticas públicas favoráveis em vários países importantes, a oferta acabou se alinhando com a demanda e os ciclos de aumentos terminaram.

Desta vez, os argumentos a favor da tese do novo patamar é sustentada por diversos motivos: o aumento de renda per capita dos países em desenvolvimento, onde as populações mais crescem, é o principal. Mas há outros interessantes, como a crescente urbanização no mundo todo, a diminuição das terras cultiváveis, o aumento dos custos de produção e de logística e infraestrutura, a redução da possibilidade de novos estouros da produtividade com o esgotamento das tecnologias disponíveis, o aumento dos preços do petróleo e de outras energias, e até a mudança climática que exige outros padrões técnicos para uso em territórios que ficarão mais quentes...

O caso da agroenergia também é citado: boa parte da produção agrícola é usada para fabricar biocombustíveis, bioeletricidade e uma nova onda, já apelidada de “civilização da biomassa”, vem avançando. Com efeito, 40% do milho produzido nos Estados Unidos, 50% da cana brasileira e 65% do óleo vegetal na Europa já são usados para biocombustíveis. A FAO/OCDE estimam que em 2021 cerca de 14% da produção mundial de grãos e 34% da de cana viraria etanol e 16% da produção mundial de óleo vegetal seria transformado em biodiesel. E isso faz sentido: em busca da sustentabilidade, muitos países subsidiam fortemente os biocombustíveis, pensando em inibir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e estimular a renda rural (o Brasil é uma exceção, e o etanol foi até abandonado pelas estratégias públicas ainda não foi percebido que o etanol é a grande saída para o pré-sal caro e o pós-açúcar barato).

Mas há outros fatores, talvez ainda mais significativos. A paralização da Rodada de Doha da OMC está produzindo uma impressionante onda de acordos regionais de comércio, os famosos RTAs (Regional Trade Agreement) que vão desde acordos bilaterais (país com país) até acordos entre blocos de países. Em 1995, menos de 20 anos atrás, a OMC registrou 123 RTAs. Agora, até janeiro passado, já havia 546 RTAs notificados à OMC, dos quais 354 já em operação, quase 3 vezes mais! Calcula-se que 40% do comércio mundial agrícola

já se dê no âmbito das RTAs, o que é uma profunda modificação nos mercados em muito pouco tempo.

Acordos importantes estão em andamento, como a Parceria Trans-Pacífico e alguns mega-acordos estão em estudo, como o que criará uma área de livre comércio entre Estados Unidos e União Européia e outro entre a União Européia e o Japão. Todos estes arranjos podem tirar competitividade e afetar as nossas exportações de matérias primas ou alimentos.

Produtores rurais e Itamaraty precisam ficar muito atentos a estes novos cenários.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**